

## **Relatoria reuniao CNPDC e SCDC**

**presentes: Santini, Yuri, Wertemberg, Silmara, Bob Controversista, Marcelo, João Paulo, Aderbal, Jeferson, Baba Diba, Leila Santos, Mario Roberto, Damiana, Teotonio, Davy, Helena, Mãe Beth.**

**Relator: Yuri.**

**Manhã de 7 de abril de 2015 na Unipaz (Brasília-DF).**

**Damiana: o encontro foi uma forma de construir com a SCDC um pacto de questões latentes. As vezes há ruídos de interpretações nas redes virtuais. Há dúvidas que pairam na rede de pontos que demandam um processo de mediação. Tivemos um estranhamento com a programação. Em aberto temos a questão do cadastro, a forma da participação das universidades na Lei Cultura Viva e o amadurecimento da IN. Sabendo que amanhã haverá a publicação, temos questões de ordem prática: garantir local de fala para a CNPDC no lançamento da IN. Saber se existe a possibilidade de uma agenda conjunta SCDC-CNPDC e equipe geral do ministério (com o Juca).**

**Wertemberg: ficaram dois pontos de divergência, e que havia sido conversado que haveria um momento de diálogo sobre esses pontos. quando recebemos a IN recebemos já pronta e fomos convidados para um evento num formato ruim. Houve uma quebra de protocolo: a postura da SCDC de fazer o lançamento não levou em conta a comissão. Isso gerou um ruído desnecessário. Foi criado um discurso de polarização desnecessária, como se a comissão estivesse contra. Na questão das universidades por exemplo, ninguém está contra as universidades estarem no programa, a discussão é sobre como será esta participação. O tom de fala de muitos como se houvesse um setor da comissão contra a política que está sendo construída é ruim. Os convites para representantes de GTs participarem do evento e comporem as mesas sem ser via CNPDC seria como reconhecer pedaços do corpo, mas não reconhecendo o corpo inteiro. A questão da mudança do gasto limitada a 30%, que não estava nas propostas anteriores não foi avanço. Não havia movimento contrário às propostas pois o próprio GTCV somente tomou ciência da última proposta perto do encontro.**

**Santini:** A lei é ambígua sobre a questão das universidades. Duas soluções são possíveis: o reconhecimento da certificação pode ser para quaisquer instituições de ensino, superior e da educação básica. Elas não integrarão o cadastro, isso será via um cadastro específico. Se não resolve tudo pelo menos melhora e amplia. Isso já está no gabinete do ministro. Esse avanço foi fruto do diálogo com o movimento.

**Teotônio:** A política está parada. A rede de 2008 por exemplo tem pontos que sequer receberam a segunda parcela. Aposto na gestão nova, assim como apostei nas gestões anteriores. Temos pessoas que inclusive tem compromisso partidário com o governo e a política pública. Estão com o espírito de possibilidade de fomentar. É importante entender como iremos trabalhar enquanto comissão. A gestão também precisa entender que nem sempre tudo serão flores. Não tem como avaliar uma gestão em três meses. Podemos ajudar a empurrar esse barco. A Teia de Natal ainda tem problemas: não deixou legado para Natal por exemplo.

**Marcelo:** Política se faz com coração e mente. Ao Estado cabe o papel da impessoalidade, imparcialidade, etc. isso é evidente. Do meu lugar de fala, o meu grupo político, que ajudamos a colocar o Juca no ministério, nós iremos defender o nosso grupo político. O resultado disso será sempre avaliado, não é uma questão da comissão nacional, é uma questão de grupo político. Existe um grupo político que tem uma interlocução mais forte com o ministro da cultura, assim como o agronegócio tem mais diálogo com a ministra da agricultura. Temos que nos atentar aos documentos oficiais da comissão. A carta entregue na posse não foi oficializada por não ter sido protocolada. A questão da emoção e da humanidade. Quando percebeu que somente havíamos protocolado oficialmente um documento percebeu que precisamos formalizar mais as relações com o ministério. A comissão ela hoje não tem um plano de trabalho à altura dela própria. Dia 17 de abril teremos encerrada a elaboração de planos de trabalho dos GTs. Também temos uma comissão executiva. A partir disso temos que ver quais são os processos de entrada da SCDC. Será feita uma IN específica da participação social, teremos que discutir como será isso. Também teremos que percorrer todos os estados. Nunca um movimento social fez algo dessa magnitude com os entes estaduais. Será preciso reunir os tribunais de contas, ministério público, estado e movimentos. Temos que ir para frente pois a comissão

tem que incidir como será essa implementação nos estados, considerando que houveram erros e acertos.

**Yuri:** É impossível julgar uma gestão com 3 meses de atuação, houve avanços na prestação de contas. Apesar das questões polêmicas que estão na IN ela avançou ao longo do tempo com o debate, o saldo geral é positivo. Não tenho nada contra a universidade, mas quando fui bolsista de extensão aprendi que a universidade não deve buscar ter o papel protagonista. Quem são protagonistas são os movimentos, é a comunidade. A Universidade deve ser parceira e andar ao lado apoiando e participando, sem tutelar. A educação pela sua cultura pouco democrática não simplifica processos e, para além disso, as instituições estatais, mesmo as universidades, não possuem a independência necessária para atuar com o papel de articulação dos movimentos culturais e comunitários. A regulamentação não termina agora e é necessário debatermos mais as questões polêmicas e avançar em questões ainda em aberto, como a necessidade de estabelecer um piso mínimo para os pontos.

**Davy:** A cultura não é um ente isolado dentro da sociedade e do Estado Brasileiro. Nós temos o MROSC que tinha data para regulamentar e foi prorrogado ad eternum. Ou seja, a gente está, independente de discussões pontuais, nós estamos com o processo muito imaturo. Por qual motivo a gente tem que sair correndo para assinar uma IN? Dizem que porquê teríamos que destravar processos, mas SP e RJ receberam recomendação expressa para fazer os convênios. Poderíamos continuar fazendo como estivemos fazendo antes até regulamentar direito. Não sou inimigo da atual gestão nem estou fazendo mau agouro. Temos que amadurecer a discussão. Tenho duas propostas concretas: 1- não assinar agora e continuar celebrando convênios; 2- na necessidade de ter um documento inicial que se altere ao longo do tempo, curto e focando na prestação de contas de resultados apresentados. Dizer que o cadastro e quem define quem serão os pontos. A partir da realidade dos estados e de acordo com as suas leis. A lei do Rio por exemplo pega uma porcentagem para o governo, não interessando o que diz a IN.

**João Paulo:** Vivemos 4 anos de derrotas. Por mais que tivéssemos guerrilheiros dentro do MinC não havia uma diretriz dentro da matriz do

ministério. Foram 4 anos de porrada com o movimento perdendo uma atrás da outra. Basicamente todo mundo do movimento cultural apoiou o Juca para ministro. Quando foram sendo nomeados os outros escalões o ministro teve liberdade para nomear gente dos movimentos. Isso gerou uma expectativa brutal. Eu mesmo tenho muita expectativa, mas não podemos ficar só na expectativa, temos que fazer pressão. Nesse começo houve umas erradas de mão por parte do movimento. O principal desafio do momento é o ajuste fiscal. O orçamento do ministério da cultura atual torna possível fazer muito pouco. Para além de reivindicar uma reunião com o Juca temos que reivindicar uma reunião com a Dilma. Temos que derrubar o pacote de ajuste fiscal. A cultura precisa estar no centro do projeto de desenvolvimento do país. Temos um ministério qualificado, mas sem orçamento não irá executar muita coisa. Não houve uma descontinuidade na construção da IN. A IN ainda é muito frágil sobre software livre. Há polêmica sobre as universidades. Não será possível construir unanimidades. Temos que dialogar sobre o papel das universidades no programa, sobre a autodeclaração, mas especialmente comemorar a vitória que é a publicação da IN.

**Pai Lula:** A gente que está nessa construção há alguns anos a gente sabe que esse espaço de gestão compartilhada são passos para vários lados, pra frente e pra trás, de um lado pro outro, espaços de disputa. Cabe à executiva e as subcomissões da CNPDC buscarem melhorar o trabalho. Reafirma a proposta de elaborar de forma organizada a nossa avaliação e mantendo as críticas que temos à IN. A ampliação para a rede de ensino foi uma melhora, mas não é o que queremos ainda. Temos que discutir o papel dos parceiros no programa. Já que a escola entra, já que a rede de ensino entra, é preciso construir um programa de ensino cultural nas redes de ensino, para não ficar uma coisa capenga. Tem que haver um real diálogo entre a educação e a cultura. A política nacional de cultura viva foi construída para termos a liberdade, autonomia e empoderamento da sociedade civil.

**Mãe Beth:** Você trazer um movimento que tem o espírito do Cultura Viva é algo complexo. Se a gente não ocupar as universidades quem o fará? É preciso hackeá-la. Temos culturas que a gente ainda não conhece. A nossa comunidade é quem tem que respaldar isso. Como serão as artes nesse processo? Temos que avaliar todo dia e toda hora. Temos que ter a

**espiritualidade do acolhimento. Tem que entender o peso que os representantes tem, que representam bases comunitárias. Não tem lei que dê conta de tudo, quem dará conta é a comunidade. A lei tem que estar no espírito da gente, somos um movimento. Quem dá axe para a lei é o movimento. Se chegar um momento em que a lei não nos contemplar mais iremos quebrar ela, se a universidade não nos interessar mais vamos quebrar ela. O processo não se encerra aqui. A comunicação é algo essencial que temos de trabalhar enquanto movimento. No mais seguimos na luta.**

**Marcio: Concordo que precisamos de uma audiência com a Dilma. Também com o Juca, ele já deveria ter recebido a CNPDC. Faz um pedido pra comissão, pro GT e pra SCDC: o estado do Paraná ainda não se sente dentro da lei, é o único não conveniado. Precisa que o movimento ajude, que o Juca visite o estado para sensibilizar o Governo do Estado do Paraná.**

**Wertemberg: A IN não está encerrada. O GT precisa continuar para terminar os trabalhos.**

**Santini: Me sinto acolhido e como as pessoas já se conhecem facilita para todos terem abertura para serem sinceros. A IN tem apoio e anuência do ministro da cultura. O MinC é um só. Essa discussão foi extensa e feita com vários setores. A publicação da IN não é o fim da regulamentação da lei cultura viva. Os pontos de bens registrados por exemplo precisarão de uma normativa específica, que será construída com a participação do IPHAN. Precisamos também ter os momentos de celebrar as conquistas. A IN não resolve tudo, ainda tem problemas mas avança em muitos pontos. A LCV não é a única lei que rege a vida dos pontos de cultura. É preciso fazer depois de um tempo uma reunião do GT CV para avaliar como está sendo a implementação. Temos que pensar a readequação de quem está na lei antiga. A IN é mais complexa pois é uma orientadora para estados e municípios. A regulamentação continua. A relação com a participação social não tem como ser avaliada em três meses, mas houveram boas sinalizações. Está posto que a gestão está aberta ao diálogo. As demandas são muitas, as frustrações são muitas e precisamos de tempo para que as coisas aconteçam. A agenda com o ministro não é definida somente pela SCDC. O ministério precisa da mobilização da**

**sociedade pelo orçamento. Podemos ser parceiros em muitas pautas. Existem movimentos que estão sendo criminalizados, seja a CUT, a UNE, o MST ou o Fora do Eixo. Movimentos não podem criminalizar movimentos. Mais que um grupo político houve um campo político que apoiou a volta do Juca. Temos que entender quem são aliados e inimigos. No momento atual do país precisamos nos aliar, pois temos um Congresso Nacional complicado e setores conservadores se organizando. Temos que fortalecer a articulação com os deputados fortalecendo a rede de parlamentares amigos da cultura.**

**Damiana: Temos o pedido protocolado de agenda com o ministro. Solicita ao Santini para sondar a agenda com o ministro. Sobre a questão da Dilma, ela é sim o alvo a longo prazo. Nós de movimentos somos pares, o que falta em alguns momentos é mediação. Não existe movimento para contrariar ninguém nem derrubar ninguém.**